

Os Investimentos no Brasil nos Anos 90: Cenários Setorial e Regional

DENISE ANDRADE RODRIGUES*

RESUMO As transformações que estão ocorrendo na economia brasileira podem ser visualizadas pelo aumento do investimento estrangeiro direto, dos desembolsos do BNDES e das intenções de investimentos. Para os dois primeiros, a década de 90 não tem precedentes na história recente do Brasil, tal o volume de recursos injetados na economia. As intenções de investimentos de 1996 a 1999 sinalizam, em um primeiro momento, o investimento nos setores de bens de consumo e, a seguir, nos setores petroquímico, químico, siderúrgico e de papel e celulose, criando as bases para um desenvolvimento sustentado. Essas intenções indicam também a tendência à desconcentração geográfica da produção em relação a São Paulo, especialmente em direção a seis outros estados: Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul.

ABSTRACT *The changes taking place in Brazil's economy are well illustrated by the increase in the levels of foreign direct investment, BNDES disbursements and plans for investments. Both FDI and BNDES disbursements show that the 1990s are without precedent in Brazil's recent history in terms of the large volumes of funds injected into the economy. Investment plans for the period 1996/99 show a preference for investment in the consumer goods sectors, followed by petrochemicals, chemicals, steel, and paper and pulp. These investments create a base for sustainable economic growth in the future. Plans for investment also show a clear trend of the geographical deconcentration of production away from São Paulo, especially in the direction of six other states: Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará and Rio Grande do Sul.*

* Chefe da Representação Regional Sul do BNDES. A autora agradece os comentários de Lídia Goldenstein e Walter Rodrigues e as sugestões de dois pareceristas anônimos, bem como o apoio técnico de Claudia Alledo, Gustavo Rosa, Iraci Gruba, Luciane Melo e Maria do Carmo Rego.

1. Introdução

Finaliza-se a década de 90 com a certeza de que as transformações enfrentadas pela economia brasileira foram de tal magnitude que o período precedente parece muito distante. Os anos de proteção à indústria nacional, se, por um lado, permitiram a enorme expansão da indústria de transformação (de 19% do PIB em 1955 para cerca de 30% em 1990), por outro, inibiram a competitividade de setores industriais inteiros e promoveram a ineficiência alocativa dos insumos ao longo das cadeias produtivas.

Ao se iniciar a abertura econômica, no final da década de 80, a indústria brasileira, de modo geral, estava defasada em relação aos concorrentes internacionais: o setor de infra-estrutura se encontrava praticamente sucateado pela falta de investimento do setor público, que, por sua vez, era consumido pela administração de suas dívidas e da inflação; os setores de comércio e de serviços, também protegidos, mantiveram-se historicamente em papel secundário em relação à indústria; e a agricultura moderna, em fase inicial, ainda não demonstrava condições de sobrevivência em um mercado de tamanho modesto.

As mudanças ocorridas nesse período foram, em grande medida, uma resposta aos movimentos internacionais de privatização de serviços públicos, de globalização dos mercados e de difusão das novas tecnologias de informação e de conteúdo. Mas, sobretudo, representaram uma resposta ao fim da espiral inflacionária e da diminuição das incertezas (inclusive as institucionais). As empresas brasileiras buscaram, então, se adaptar ao novo cenário de competição acirrada, simultaneamente a uma projeção internacional cada vez maior do país no que se refere à capacidade de atrair investimento direto estrangeiro.

A fase transitória foi muito difícil, e ainda não há indícios definitivos de que tenha terminado. Muitas empresas sucumbiram, e o processo de fusão e aquisição internacional também avançou no Brasil sobre segmentos importantes, destacando-se os setores diretamente ligados ao mercado consumidor, como a indústria de bebidas e de alimentos, os supermercados e a indústria eletrônica ainda nacional, a ponto de muitos analistas sinalizarem a desindustrialização e a desnacionalização da economia do país. Além disso, ocorreram graves conjunturas financeiras em escala mundial que interferiram nas economias dos países emergentes em vários momentos, como a crise mexicana em 1994, a asiática em fins de 1997, a russa em agosto de 1998 e a brasileira logo a seguir.

Enfim, em um cenário internacional ameaçado por problemas financeiros periódicos, o Brasil terminou o ano de 1999 demonstrando possuir um mercado interno fortalecido e com um certo grau de independência em relação às crises internacionais, devido principalmente ao endividamento externo relativamente modesto das empresas brasileiras. Mesmo a fragilidade da economia argentina, acentuada em fins de 1999, não conseguiu corroborar as novas dúvidas quanto à capacidade de a economia brasileira superar mais esse episódio.

Verificou-se, também, que o ajuste necessário do câmbio, em janeiro de 1999, não trouxe a inflação de volta e a economia não reindexou seus preços, mesmo porque a taxa de juros permaneceu extremamente elevada. De fato, o ano configurou-se como um período de ajuste ao novo regime cambial, visualizando-se nos dois últimos meses e no início de 2000 um crescimento da produção, porém ainda incipiente.

Pretende-se, neste artigo, analisar algumas mudanças significativas observadas na economia brasileira sob a perspectiva dos investimentos incorridos no período e dos sinais emitidos pelos novos investimentos que devem ocorrer em um horizonte de curto e médio prazos. Optou-se pelas variáveis expostas a seguir, mesmo que tenham uma abrangência parcial dos investimentos efetivamente realizados devido à pequena disponibilidade de estatísticas sobre investimentos no Brasil.

2. O Retorno ao Investimento

Alterações importantes no nível de investimentos ocorreram através de duas importantes fontes de financiamento: o ingresso de investimentos externos diretos (IED) e os desembolsos do BNDES. Na Tabela 1, pode-se notar como os investimentos diretos aumentaram significativamente a partir de 1996. Até 1995, o estoque de IED no Brasil totalizava US\$ 115,5 bilhões, distribuídos em 65% na indústria, 31% nos serviços e 4% na agricultura.

Na indústria destacaram-se, até 1995, os setores de produtos químicos, automobilístico, alimentos e bebidas e máquinas e equipamentos, nessa ordem, enquanto nos serviços sobressaíram os serviços prestados a empresas¹ e o comércio atacadista. A partir de 1996, o fluxo de ingresso de IEDs apresenta uma distribuição diferente, e o somatório do fluxo de investimentos diretos, de 1996 a 1999, já reflete uma distribuição maior (79%) para o setor de serviços.

¹ Os investimentos de grandes grupos internacionais, feitos por suas holdings brasileiras, estão incluídos nesse item.

TABELA 1

Investimento Externo Direto: Distribuição por Atividade Econômica – 1995/99

(Em %)

	ESTOQUE (1995)	FLUXOS				
		1996	1997	1998	1999	1996/99 (Somatória)
Agropecuária e Extrativa Mineral	4	1	3	1	1	2
Indústria	65	23	13	12	28	19
Automotivo	7	4	1	5	8	5
Produtos Químicos	13	3	2	2	5	3
Produtos Alimentícios e Bebidas	7	2	2	1	4	3
Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação	2	1	1	1	2	1
Produtos Minerais Não-Metálicos	3	3	1	0	1	1
Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	1	0	0	0	2	1
Outros	32	10	6	3	5,5	5
Serviços	31	76	84	88	71	79
Serviços Prestados a Empresas	12	26	35	27	12	23
Telecomunicações	1	8	5	11	27	16
Eletricidade, Gás e Água	1	21	23	9	10	14
Intermediação Financeira	5	5	10	25	6	13
Comércio Atacadista e Intermediários	4	3	5	5	5	5
Comércio Varejista e Reparação de Objetos	2	5	1	5	4	4
Outros	6	8	5	6	7	4
Total (%)	100	100	100	100	100	100
Total (US\$ Milhões)	115.516,4	7.665,4	15.311,1	23.270,7	28.479,6	74.726,9

Fonte: Departamento de Capitais Estrangeiros (Firc)/Banco Central.

Primeiro, a atração de investimentos diretos pela indústria não ocorreu na mesma proporção em que o capital estrangeiro se distribuiu pela economia, ficando em 22,7% em 1996, 13,3% em 1997, 11,9% em 1998 e 27,6% em 1999. Segundo, os serviços, representados especialmente pelas privatizações no setor público, aumentaram enormemente sua participação no total de IEDs: em média, 79% do total dos ingressos foram aplicados nos serviços, principalmente em telecomunicações, intermediação financeira, serviços prestados às empresas e comércio atacadista. Por último, o IED aumentou significativamente a partir de 1997: de US\$ 7,7 bilhões, passou para US\$ 23,2 bilhões em 1998 e US\$ 28,5 bilhões em 1999. Parcela considerável destinou-se a fusões e aquisições, mas outra parte importante constituiu-se em investimento propriamente dito. A estatística a esse respeito é

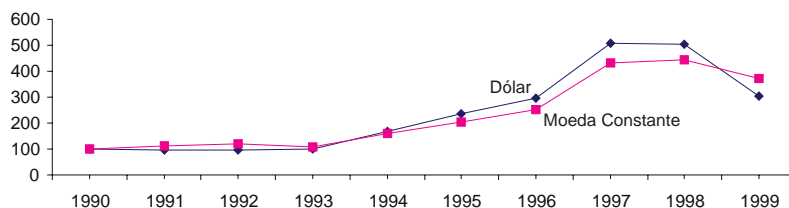
incompleta, porém mesmo o investimento em fusão e aquisição, que no primeiro momento não gera investimento novo, indiretamente e no prazo subsequente deve produzir aumento de produção ou de produtividade.

Estima-se que o IED destinado à aquisição de empresas estatais chegou a US\$ 2,6 bilhões em 1996 e US\$ 5,2 bilhões em 1997 [Siffert Filho (1999) e Laplane e Sarti (1999)], representando 28% do total do IED nos dois anos, enquanto o destinado à fusão e aquisição em geral, inclusive de empresas privadas, foi 30% e 32,5% do total em 1995 e 1996, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES vêm crescendo desde 1994, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1, excetuando 1999, quando houve aumento para o setor industrial mas não para o restante dos setores (em moeda constante). O BNDES mudou o nível de suas atividades, tornando-se nesse período um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo. Desde sua criação, em 1952, os maiores desembolsos tinham ocorrido em 1978 e 1979 – respectivamente, R\$ 13,8 bilhões e R\$ 13,6 bilhões –, largamente superados, porém, em 1997, 1998 e 1999 – respectivamente, R\$ 22,1 bilhões, R\$ 23,7 bilhões e R\$ 20 bilhões (em valores constantes de 1999).

Na Tabela 2 pode-se observar a distribuição setorial dos desembolsos do BNDES, cuja maior parte, de 1990 até 1995, destinou-se à indústria de transformação e, a partir de 1996, ao comércio e aos serviços. Crescem, especialmente, os desembolsos para os setores de energia e de telecomunicações, bem como o IED. Dentre os setores industriais apoiados pelo BNDES, destacaram-se na primeira fase (de 1990 a 1993) papel e celulose,

GRÁFICO 1
Desembolsos do BNDES – 1990/99



Fonte: BNDES.

Obs.: 1990 = 100 (deflator: IGP-DI).

TABELA 2

Desembolsos do Sistema BNDES segundo os Ramos e Gêneros de Atividade^a – 1990/99

(Em US\$ Mil)

DISCRIMINAÇÃO	1990		1991		1992		1993		1994	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agropecuária	129.750	4	228.431	7	473.251	15	595.413	18	1.094.285	20
Indústria Extrativa	49.040	2	27.751	1	54.322	2	50.907	2	51.319	1
Indústria de Transformação	2.371.645	73	2.059.238	67	1.564.282	49	1.538.341	48	2.240.339	41
Produto Alimentício e Bebida	221.446	7	223.361	7	296.032	9	279.020	9	522.575	9
Produto do Fumo	0	0	40.496	1	476	0	5.618	0	3	0
Produto Têxtil	109.652	3	92.429	3	95.712	3	101.751	3	152.144	3
Confeção, Vestuário e Acessório	10.513	0	11.023	0	8.612	0	7.249	0	9.349	0
Couro e Artefato	16.818	1	17.910	1	7.133	0	10.431	0	28.227	1
Produto de Madeira	38.242	1	16.458	1	15.328	0	28.546	1	84.001	2
Celulose, Papel e Produto	788.317	24	621.259	20	378.860	12	298.657	9	196.869	4
Edição, Impressão e Reprodução	11.927	0	11.391	0	18.225	1	14.717	0	24.445	0
Refino de Petróleo, Coque e Álcool	236.444	7	311.861	10	79.025	2	42.103	1	56.189	1
Produto Químico	120.025	4	125.671	4	98.419	3	69.365	2	85.546	2
Artigo de Borracha e Plástico	88.728	3	79.248	3	56.828	2	71.277	2	150.869	3
Produto Mineral Não-Metálico	60.737	2	36.988	1	54.606	2	99.817	3	105.518	2
Metalurgia Básica	294.606	9	166.020	5	158.620	5	189.215	6	206.809	4
Produto de Metal	51.611	2	35.492	1	40.492	1	54.198	2	81.166	1
Máquina e Equipamento	73.547	2	66.182	2	83.699	3	124.055	4	216.118	4
Máquina de Escritório e Informática	25.589	1	16.026	1	20.771	1	2.984	0	6.594	0
Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico	11.378	0	10.452	0	15.574	0	17.633	1	53.555	1
Material Eletrônico e de Comunicação	25.265	1	10.903	0	17.809	1	25.572	1	25.641	0
Equipamento Médico de Precisão, Automação Industrial	4.094	0	2.170	0	2.097	0	1.124	0	6.974	0
Veículo Automotor	42.650	1	34.686	1	28.915	1	30.991	1	129.411	2
Outros Equipamentos de Transporte	120.269	4	92.675	3	69.564	2	52.012	2	65.975	1
Móvel e Indústrias Diversas	19.313	1	11.279	0	8.790	0	11.588	0	28.518	1
Reciclagem	475	0	25.258	1	8.693	0	417	0	3.844	0
Comércio/Serviços	687.280	21	757.405	25	1.084.306	34	1.039.181	32	2.125.198	39
Eleticidade, Gás e Água Quente	114.658	4	107.263	3	216.393	7	245.870	8	340.446	6
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	0	0	1.343	0	0	0	0	0	2.469	0
Construção	40.884	1	64.627	2	160.201	5	111.934	3	107.887	2
Comércio e Reparação	17.725	1	32.479	1	33.110	1	38.618	1	118.532	2
Alojamento e Alimentação	20.340	1	12.951	0	33.908	1	43.636	1	81.301	1
Transporte Terrestre	179.710	6	182.288	6	364.684	11	279.780	9	703.634	13
Transporte Aquaviário	222.214	7	313.760	10	217.505	7	250.531	8	275.076	5
Transporte Aéreo	9.174	0	4.196	0	9.280	0	656	0	9.290	0
Atividade Anexa do Transporte	28.575	1	21.948	1	13.880	0	13.511	0	38.595	1
Correio e Telecomunicação	26.099	1	66	0	8.538	0	8.190	0	394.947	7
Intermediação Financeira	3.170	0	461	0	515	0	13.953	0	3.132	0
Atividade Imobiliária e Serviço a Empresas	8.914	0	3.299	0	7.230	0	9.416	0	7.681	0
Administração Pública e Seguridade Social	3.490	0	1.086	0	3.097	0	8.319	0	6.910	0
Educação	2.064	0	2.620	0	3.013	0	2.044	0	3.130	0
Saúde e Serviço Social	3.585	0	4.916	0	7.990	0	8.106	0	17.089	0
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	6.677	0	4.102	0	4.962	0	4.618	0	15.080	0
Organismos Internacionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	10.306	0	4.551	0	2.299	0	208	0	0	0
TOTAL	3.248.021	100	3.077.377	100	3.178.460	100	3.224.049	100	5.511.141	100

(continua)

DISCRIMINAÇÃO	1995		1996		1997		1998		1999	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agropecuária	799.636	10	726.306	8	1.285.394	8	1.158.332	7	714.896	7
Indústria Extrativa	77.404	1	146.508	2	703.350	4	235.408	1	143.447	1
Indústria de Transformação	4.327.159	56	4.214.937	44	5.564.262	34	6.264.335	38	4.472.363	45
Produto Alimentício e Bebida	1.050.174	14	856.271	9	1.243.224	8	1.008.569	6	818.868	8
Produto do Fumo	37.306	0	1.189	0	2.381	0	4.347	0	1.567	0
Produto Têxtil	316.129	4	136.881	1	297.433	2	324.991	2	202.856	2
Confecção, Vestuário e Acessório	23.570	0	15.977	0	25.490	0	42.771	0	61.992	1
Couro e Artefato	57.543	1	129.905	1	105.880	1	50.170	0	25.167	0
Produto de Madeira	66.568	1	76.716	1	138.267	1	103.136	1	57.289	1
Celulose, Papel e Produto	369.357	5	508.676	5	495.554	3	347.162	2	163.064	2
Edição, Impressão e Reprodução	35.709	0	36.267	0	33.864	0	83.661	1	18.958	0
Refino de Petróleo, Coque e Alcool	209.660	3	165.646	2	91.391	1	235.368	1	65.709	1
Produto Químico	248.129	3	357.724	4	269.714	2	263.624	2	210.356	2
Artigo de Borracha e Plástico	233.620	3	170.397	2	249.899	2	232.406	1	106.863	1
Produto Mineral Não-Metálico	243.420	3	233.877	2	269.411	2	152.899	1	56.202	1
Metalurgia Básica	337.702	4	541.832	6	879.953	5	603.211	4	511.593	5
Produto de Metal	137.771	2	107.754	1	116.187	1	143.358	1	113.635	1
Máquina e Equipamento	389.400	5	264.159	3	371.737	2	652.173	4	269.610	3
Máquina de Escritório e Informática	11.462	0	11.354	0	4.404	0	2.020	0	3.333	0
Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico	89.996	1	148.303	2	101.418	1	130.103	1	74.288	1
Material Eletrônico e de Comunicação	39.045	1	56.631	1	80.051	0	91.492	1	89.430	1
Equipamento Médico de Precisão, Automação Industrial	12.452	0	16.554	0	3.970	0	16.868	0	701	0
Veículo Automotor	245.257	3	248.553	3	173.400	1	675.932	4	693.272	7
Outros Equipamentos de Transporte	120.267	2	80.896	1	526.289	3	1.027.454	6	903.463	9
Móvel e Indústrias Diversas	44.482	1	42.029	0	77.523	0	71.325	0	23.426	0
Reciclagem	8.139	0	7.347	0	6.824	0	1.294	0	718	0
Comércio/Serviços	2.473.939	32	4.518.532	47	8.908.849	54	8.691.352	53	4.551.159	46
Eletricidade, Gás e Água Quente	678.779	9	1.421.599	15	5.281.373	32	3.467.855	21	1.069.265	11
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2.119	0	111.545	1	12.805	0	29.255	0	17.656	0
Construção	108.716	1	238.362	2	237.995	1	514.761	3	247.177	3
Comércio e Reparação	202.184	3	368.035	4	706.216	4	893.475	5	506.898	5
Alojamento e Alimentação	122.840	2	119.017	1	123.510	1	75.484	0	42.527	0
Transporte Terrestre	790.892	10	827.787	9	1.197.065	7	2.042.195	12	509.105	5
Transporte Aquaviário	176.309	2	195.810	2	144.892	1	126.838	1	80.840	1
Transporte Aéreo	127.501	2	2.425	0	4.600	0	63.224	0	171.924	2
Atividade Anexa do Transporte	70.884	1	56.885	1	250.648	2	127.805	1	97.871	1
Correio e Telecomunicação	37.549	0	166.573	2	370.964	2	767.558	5	1.417.821	14
Intermediação Financeira	23.799	0	714.165	7	242.426	1	166.543	1	96.032	1
Atividade Imobiliária e Serviço a Empresas	23.599	0	30.048	0	27.097	0	72.934	0	25.346	0
Administração Pública e Seguridade Social	15.749	0	82.602	1	47.401	0	19.053	0	18.478	0
Educação	18.533	0	43.870	0	63.808	0	102.896	1	93.429	1
Saúde e Serviço Social	34.274	0	47.731	0	59.792	0	120.420	1	86.052	1
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	40.004	1	92.079	1	138.053	1	100.847	1	70.735	1
Organismos Internacionais	207	0	0	0	207	0	207	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	7.678.137	100	9.606.283	100	16.461.854	100	16.349.426	100	9.881.866	100

Fonte: BNDES.

^aConforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

metalurgia básica e refino de petróleo. Os desembolsos para a agricultura e a indústria de alimentos e bebidas se mantiveram elevados ao longo de toda a década. Na segunda fase, após 1994, as mudanças se fizeram mais contundentes.

Além da alteração no nível dos desembolsos, o retorno do investimento no setor de infra-estrutura se tornou fundamental para dar sustentabilidade aos programas de privatização dos setores ferroviário, de telecomunicações e de energia e às concessões privadas das rodovias. De 1996 a 1999 os volumes de desembolsos para os serviços foram superiores aos realizados para a indústria, que por sua vez adquiriu, em praticamente todos os setores, uma uniformidade no financiamento ao longo do período 1994/99, já sinalizando, talvez, um descolamento entre as condições de longo prazo e a conjuntura macroeconômica de curto prazo proporcionado pela estabilização de preços.

A necessidade de reestruturação e equiparação às condições de competitividade externa se tornou presente em praticamente todos os setores, que simultaneamente puderam se planejar em um ambiente de maior estabilidade econômica. Não se percebe, portanto, no período, investimentos setoriais cíclicos, mas sim um movimento abrangente de investimento ao longo de todas as cadeias produtivas, em grande medida constituído por trocas de tecnologia nos equipamentos e nos processos de produção proporcionadas pela introdução da eletrônica e da tecnologia de informação.²

3. Cenários de Desenvolvimento Setorial e Regional

Cenário Setorial

As intenções de investimentos anunciadas no período 1996/99, nos principais jornais econômicos brasileiros,³ sinalizaram, com bastante precisão, os investimentos que se realizariam nos anos seguintes em um horizonte médio de até cinco anos, o que tem se revelado, portanto, um indicador consistente dos principais investimentos a serem empreendidos na economia brasileira.

2 O efeito da modernização das linhas e dos processos de produção através da tecnologia da informação não é captado na Formação Bruta de Capital Fixo, do IBGE, que é basicamente constituído pelos itens máquinas e equipamentos e construção civil.

3 Investimentos acima de US\$ 5 milhões anunciados nas matérias rotineiras dos jornais *Gazeta Mercantil*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Apresentam, portanto, uma tendenciosidade em direção aos investimentos de grandes empresas, estando alguns setores praticamente excluídos, como agropecuária, comércio e serviços, entre outros, nos quais predominam pequenas e médias empresas.

Lamentavelmente, não se têm dados indicativos do período anterior a 1996, mas se pode inferir, tanto pelas estatísticas de desembolsos do BNDES apresentadas anteriormente quanto por levantamentos semelhantes,⁴ que desde o início da década de 90 estariam ocorrendo mudanças no patamar dos investimentos no Brasil.

A mudança por que passa a economia brasileira pode ser percebida na Tabela 3. No setor de infra-estrutura, a enorme expansão das intenções de investimento no segmento de telecomunicações (251% de 1996 a 1999) confirma

TABELA 3

Intenções de Investimento, segundo Setores, Anunciadas em 1996, 1997, 1998 e 1999

SETORES	ANÚNCIOS DE INVESTIMENTOS								TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1996		1997		1998		1999		1997/96	1998/97	1999/98
	US\$ Milhões	%	US\$ Milhões	%	US\$ Milhões	%	US\$ Milhões	%			
Telecomunicações	9.851	9,2	8.531	7,0	18.492	17,2	34.615	29,7	-13,4	116,8	87,2
Infra-Estrutura	27.097	25,2	46.667	38,1	27.547	26,0	29.497	25,3	72,2	-41,0	7,1
Mecânica/Metalúrgica	15.539	14,5	12.234	10,0	12.653	11,2	13.952	12,0	-21,2	3,4	10,3
Petroquímica	8.980	8,4	11.186	9,1	11.064	10,4	9.831	8,4	24,6	0,0	-11,1
Indústria: Diversos	2.788	2,6	3.748	3,1	3.838	3,6	4.048	3,5	34,4	2,4	5,5
Alimentos, Bebidas e Fumo	9.559	8,9	6.754	5,5	5.184	4,8	3.851	3,3	-29,3	-23,2	-25,7
Turismo, Shopping e Lazer	4.063	3,8	4.033	3,3	5.778	5,5	3.510	3,0	-0,7	43,3	-39,2
Siderurgia	5.897	5,5	5.928	4,9	4.500	4,2	3.261	2,8	0,5	-24,1	-27,5
Química, Plásticos, Fertilizantes e Farmacêutico	3.791	3,5	4.157	3,4	3.611	3,4	3.038	2,6	20,5	-13,1	-15,9
Mineração	2.721	2,5	1.776	1,4	1.951	1,8	2.337	2,0	-34,7	9,9	19,8
Papel e Celulose	4.067	3,8	4.770	3,9	2.240	2,1	2.304	2,0	17,3	-47,0	2,9
Financeiro	2.860	2,7	2.471	2,0	610	0,6	1.724	1,5	-13,6	-75,3	182,6
Eletroeletrônica	3.741	3,5	2.218	1,8	1.513	1,4	1.609	1,4	-40,7	-31,8	6,3
Comércio	1.911	1,8	3.574	2,9	1.755	1,6	1.499	1,38	7,0	-50,9	-14,6
Serviços	2.917	2,7	1.946	1,6	1.954	1,8	944	0,8	-33,3	0,0	-51,7
Transportes	696	0,6	1.235	1,0	4.391	4,1	299	0,3	77,4	255,5	-93,2
Têxtil e Confecções	654	0,6	921	0,8	118	0,1	110	0,1	40,8	-87,2	-6,8
Agropecuária	117	0,1	55	0,0	90	0,1	101	0,1	-53,0	63,6	12,2
Calçados	146	0,1	155	0,1	88	0,1	25	0,0	6,2	-43,2	-71,6
Total	107.395	100,0	122.359	100,0	107.377	100,0	116.555	100,0	13,9	-12,2	8,5

Fontes: Gazeta Mercantil, O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. *Elaboração própria.*

4 Na série de anúncios de investimentos da empresa de consultoria Simonsen & Associados, a inflexão da curva ocorreu em 1994.

o diagnóstico do Ministério das Comunicações, em 1995, ao defender a privatização, tendo em vista o grande estrangulamento no setor devido à baixa capacidade de investimento do governo. As enormes listas para compra de linhas telefônicas, tanto fixas quanto móveis, especialmente em São Paulo, onde mais de 1,2 milhão de pessoas chegaram a aguardar uma linha fixa da Telesp, refletiam o tamanho da demanda não atendida do setor.

No programa de privatização dos serviços de telefonia [BNDES (1999b)] havia o compromisso de investimentos em expansão de linhas por parte das novas operadoras nos próximos anos. Porém, os US\$ 34,6 bilhões de intenções de investimento do setor são um sinal explícito da antecipação da maioria desses investimentos, conforme tem sido divulgado na imprensa, em decorrência do acirramento da concorrência em busca do aumento da participação no mercado.

Segundo a Área de Infra-Estrutura Urbana do BNDES, em novembro de 1999 a Tele Centro-Sul e a Telesp haviam superado as metas estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para aquele ano, enquanto para a Telemar faltavam somente 120 mil linhas em suas respectivas áreas de abrangência. De julho a novembro de 1999, o número de terminais fixos havia crescido 34% em todo o país.

É possível também que o processo de convergência tecnológica pelo qual passa a tecnologia das telecomunicações em escala mundial também seja responsável por uma parte das intenções de investimento. A principal característica dessa convergência é dissociar os serviços de informação e de comunicação de sua infra-estrutura de suporte da qual se originaram. Os serviços telefônicos podem ser conduzidos por cabo coaxial e os serviços de dados e acesso à Internet por linhas telefônicas, podendo ser acessadas também estações de rádio na Internet e ainda TV a cabo por transmissão direta de satélite a domicílio.

A importância da convergência tecnológica dos setores de comunicações, de informações, de conteúdo e de informática, porém, ainda não pode ser plenamente visualizada no Brasil, uma vez que os efeitos dos investimentos dos setores ainda estão, em sua maior parte, no atendimento da demanda reprimida por muitos anos de baixo investimento. Há, no entanto, um ponto positivo a ser explorado pelos países em desenvolvimento, referente ao acesso direto à tecnologia inovadora, evitando-se aderir à tecnologia vigente e em fase de massificação e que ficará defasada em pouco tempo.

As forças que impulsionaram a globalização dos mercados e, conseqüentemente, sua expansão têm premente a necessidade de disseminar tecnologias

em escalas crescentes para que as amortizações dos gastos investidos sejam cada vez mais rápidas, pois novas tecnologias já estão em gestação. Assim, os países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que têm condições de aderir a comunicações mais baratas e de se conectar à economia global, podem, também, fazer uso dos momentos tecnológicos para realizar saltos, às vezes eliminando etapas.⁵

No Brasil, a promulgação da Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472, de 16 de julho de 1997) estabeleceu uma nova organização do setor com a privatização dos serviços e reservou ao Estado as atribuições de fiscalização e regulamentação, sendo para tal criada a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Nesse marco regulatório previu-se a instituição de fundos com os objetivos de promover a universalização, o desenvolvimento tecnológico e a proteção da indústria nacional.⁶ No mundo inteiro, a prioridade dada a esse segmento e suas interfaces com outros setores são objeto de políticas específicas de proteção e de estratégia, e há um consenso de que estas não podem ser definidas em função dos investimentos já decididos das empresas ou do mercado.

As intenções de investimento no setor de infra-estrutura (inclusive telecomunicações) são as mais significativas no período, variando de 34% em 1996 a 55% em 1997 do total anunciado. Porém, a fase de pré-privatização do setor de geração de energia elétrica tem se prolongado mais do que o previsto inicialmente, o que gera um efeito paralisador no segmento, percebido na queda das intenções de investimento em 1998 e 1999 em relação a 1997. O mesmo ocorreu com o setor de telecomunicações em 1996 e 1997, quando foram anunciados e efetivamente realizados fortes investimentos pelas estatais para saneá-las e torná-las atraentes até alguns meses antes da privatização, seguindo-se um período de diminuição dos investimentos, que foi retomado logo após cada privatização.

O ambiente favorável à privatização dos serviços públicos, em um primeiro momento, se desgastou com os problemas apresentados pelas operadoras de telecomunicações e pelas concessionárias das rodovias. Ocorreram falhas sucessivas nos serviços de telefonia, principalmente da Telefônica e da Telemar, responsáveis pelos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, pela Amazônia e pelo Nordeste: troca de números de telefones sem anúncio

5 A escolha de tecnologias de comunicações por parte do Estado é estratégica para o desenvolvimento econômico futuro, e sua interação com as áreas de educação e de pesquisa e desenvolvimento se constitui em prioridade de Estado em praticamente todos os países desenvolvidos.

6 Estão em discussão no Congresso Nacional as leis que criam o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

prévio, números que não correspondiam ao aviso feito ao usuário, muitas ligações erradas, telefones mudos, demora nos consertos, entre outros. Alguns problemas seriam normais em início de operação das empresas, mas percebeu-se um certo despreparo no atendimento ao usuário.

Os problemas enfrentados pelas concessionárias de rodovias na cobrança de pedágio foram semelhantes: em praticamente todo o Brasil ocorreu uma rejeição aos níveis de preços cobrados, em grande parte fomentada pelas transportadoras de carga. Aconteceram paralisações de caminhoneiros em rodovias importantes para o escoamento da produção, como na Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo, e nas rodovias do Estado de São Paulo. O pedágio é de certa forma recente no Brasil, e até então o custo de construção e manutenção das rodovias era assumido pelo setor público (federal ou estadual) e tornou-se um dos itens importantes do elevado “Custo Brasil” devido à incapacidade dos governos em arcar com uma manutenção adequada. Traduzia-se também em déficit público, principalmente o previdenciário, dados os índices assustadores de acidentes nas rodovias. O pedágio foi uma forma encontrada de alocar custos a quem ele é devido. No caso, aos maiores usuários, responsáveis pela maior deterioração das condições de uso das rodovias, e obviamente incide sobre o preço das mercadorias transportadas. A reação dos novos pagadores foi imediata e de certa forma previsível.

Porém, alguns contratos de concessão de rodovias previram reajustes atrelados a índices de preços, possivelmente ainda como herança do período de alta incerteza inflacionária. Tais cláusulas, no entanto, eram desnecessárias, pois a Lei das Concessões⁷ prevê, no período de revisão de tarifas, reajustes quando observado um desequilíbrio econômico-financeiro no contrato. A relação entre um índice de preço e um contrato de concessão de serviços públicos não é óbvia e causa sensação de fragilidade e injustiça aos agentes econômicos envolvidos, que por sua vez não têm os preços de seus serviços indexados.

O ambiente de desconfiança em relação aos serviços privatizados colocou em xeque a capacidade das agências reguladoras no sentido de realizarem adequadamente sua fiscalização e, mais ainda, está provocando uma reavaliação do programa de privatização do setor de energia.

O Plano Decenal de Expansão 1999/2008 do setor de energia elétrica aponta a necessidade de um acréscimo de 71% no parque gerador para absorver um crescimento médio de 4,7% ao ano no consumo de energia nos próximos 10

⁷ Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, complementada pela Lei 9.074, 7 de julho de 1995.

anos, uma vez que o sistema instalado opera próximo ao seu limite de capacidade [BNDES (1999d)].

Procurando evitar que a restrição de energia seja um obstáculo ao desenvolvimento econômico, o Ministério de Minas e Energia tem estimulado a expansão de capacidade através de medidas que dêem segurança ao investidor, como a garantia de compra pela Eletrobrás da energia gerada pelos novos projetos, o repasse de reajustes nos custos de geração de energia, a redução no preço médio do gás natural, a regulamentação da compra de energia de produtores independentes de energia, a facilidade nas operações de financiamento, entre outras.

Os anúncios de investimentos no setor de energia ainda não refletem esse estímulo: de US\$ 23,5 bilhões em 1997, declinaram para US\$ 19,5 em 1998, recuperando-se um pouco em 1999, quando alcançaram US\$ 22,4 bilhões. Destacaram-se, em 1999, os anúncios de investimentos em termelétricas das empresas British Gas, Copel, Enron, Gaspetro, General Electric, Iberdrola, Marubeni, PSEG e Rolls Royce, em várias localidades.

No setor de transporte e logística observou-se, no final do período analisado, tímidos anúncios de investimentos: de US\$ 1,8 bilhão em 1997, decresceram para US\$ 386 milhões em 1999. Após a privatização das ferrovias, esperava-se um significativo aumento desse modal na movimentação de carga no Brasil, o que não ocorreu porque as concessionárias enfrentaram mais dificuldades no que se refere à deterioração econômico-financeira e a problemas gerenciais e comerciais do que o previsto inicialmente. Apesar de elas não terem cumprido as metas estabelecidas nos contratos de privatização, já se observam ligeiras elevações no nível de produção relativamente ao da antiga Rede Ferroviária Federal S.A. [BNDES (1999c)].

A privatização do sistema portuário não avançou significativamente no período 1996/99, porém alguns entraves administrativos e institucionais foram retirados, proporcionando um ambiente favorável, pelo menos ao investimento privado nos terminais portuários. Em 1997, foram anunciados US\$ 649 milhões de investimento em modernização e expansão de terminais e, em 1999, verificou-se um pequeno acréscimo, chegando a US\$ 790 milhões.

No setor industrial, os investimentos vêm diminuindo sua participação no total anunciado: 53,9% em 1996, 44% em 1997, 41,9% em 1998 e 38% em 1999. Em 1996 destacaram-se as intenções de investir dos segmentos produtores de bens de consumo, como as indústrias mecânica, eletrônica e de alimentos e bebidas, resultantes, principalmente, da melhoria do padrão

de consumo proporcionada pela estabilização da economia. Em 1997, destacaram-se as intenções de investir das indústrias petroquímica, de siderurgia e de celulose e papel, principalmente em expansão de capacidade.

Como resultado de decisões de investimentos dos anos precedentes, o ano de 1998 se caracterizou por um elevado número de inauguração de novas fábricas. Entre as maiores, destacaram-se a unidade de automóveis da Renault, na região metropolitana de Curitiba (PR), a unidade de carrocerias da associação Fiat e Stola, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), a unidade de motores da Volkswagen em São Carlos (SP), a unidade farmacêutica da Glaxo Wellcome na região metropolitana do Rio de Janeiro (RJ), a unidade de centrais de comutação da Lucent em Campinas (SP) e a unidade de refrigerantes em lata da Vonpar na região metropolitana de Porto Alegre (RS).

No entanto, 1998 foi um ano extremamente difícil no que se refere às expectativas de crescimento, o que contagiou também 1999, quando ficou caracterizada uma etapa de ajuste à conjuntura de crise financeira internacional e de mudança no regime cambial de bandas rígidas para livre flutuação, até que se encontrasse um patamar aceito pelo mercado e que servisse de estímulo às exportações. Para evitar a volta da inflação, optou-se pelo regime de “metas inflacionárias”, de forma a influenciar a formação de expectativas dos agentes econômicos, que se mostrou bem-sucedido, encerrando-se o ano com o cumprimento da meta estabelecida.

Em 1998 e 1999, a indústria produtora de bens de consumo manteve a tendência à diminuição de sua participação no total das intenções de investimento. Os setores de alimentos, bebidas e fumo, de 16,5% do total das intenções da indústria, chegaram a 8,7% em 1999, conforme pode ser visto na Tabela 4. Decréscimos ocorreram também nos setores de eletroeletrônica, têxtil e confecções e calçados. O setor mecânico, porém, apresentou um aumento nas intenções de investimento em relação a 1997 (de US\$ 12,2 bilhões, passou para US\$ 13,9 bilhões em 1999), tendo um papel fundamental ao declarar a manutenção dos seus projetos de investimento nos períodos mais incertos de 1998 e comprovando a formulação por parte das empresas de suas estratégias de longo prazo, independentemente da conjuntura macroeconômica.

Aos projetos de novas montadoras e de adensamento da cadeia de produção, anunciados em 1998, através do investimento em novas unidades de motores (a exemplo da Renault e da associação Chrysler/BMW) e de autopeças e componentes eletroeletrônicos próximos às novas unidades das montadoras Mercedes Benz, Fiat, Renault, Peugeot, Ford e General Motors, podem ser acrescidos os anúncios feitos em 1999 de novas unidades produtoras de bens

TABELA 4

Intenções de Investimento da Indústria Anunciadas em 1996, 1997, 1998 e 1999

(Em %)

INDÚSTRIA	1996	1997	1998	1999
Mecânica	21,0	20,1	23,7	29,0
Petroquímica	15,6	20,7	23,7	22,2
Alimentos, Bebidas e Fumo	16,5	12,6	11,1	8,7
Siderurgia	10,2	11,0	9,6	7,3
Química (Plásticos, Fertilizantes e Farmacêutica, Higiene e Limpeza)	5,2	7,7	7,7	6,8
Mineração	4,6	3,3	4,2	5,3
Celulose e Papel	7,1	8,9	4,8	5,2
Eletroeletrônica	6,5	4,1	3,2	3,6
Metalurgia	5,9	2,5	3,4	2,5
Têxtil e Confecções	1,1	1,7	0,2	0,2
Calçados	0,2	0,3	0,2	0,1
Diversos	4,8	7,0	8,2	9,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Gazeta Mercantil, O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. *Elaboração própria.*

de capital, como a de máquinas agrícolas da Case do Brasil em Sorocaba (SP), a de elevadores da Thyssen em Juiz de Fora (MG) e a de motores da WEG em Jaraguá do Sul (SC).

O efeito do aumento dos investimentos dos setores mecânico e de bens de capital sobre a importação de equipamentos tem sido alardeado como extremamente lesivo à indústria nacional de máquinas e equipamentos, devido à grande internacionalização dos equipamentos importados. No entanto, em estudo detalhado, Moreira (1999), ao mesmo tempo em que identifica os coeficientes de penetração⁸ das importações dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital como os mais altos dentre o total da indústria, chamando atenção inclusive para o fato de que, em 1998, já se importava mais bens de capital do que fora produzido no Brasil, também identifica os mesmos setores como os que apresentam os maiores coeficientes de exportação.

⁸ O autor relaciona tanto a importação em relação ao consumo aparente quanto a importação em relação à produção.

Também nos principais países da OCDE, com exceção do Japão, os coeficientes de penetração das importações dos setores de bens de consumo duráveis e de capital (ou bens intensivos em tecnologia) são superiores à média da indústria. Moreira conclui que as indicações de desaparecimento deste setor são frágeis e que há, porém, ganhos de eficiência e escala ainda a serem explorados, mesmo havendo o setor liderado a redução dos *mark-ups* (47% de 1990 a 1998).

O setor eletroeletrônico, especialmente o de componentes, merece atenção especial, pois as transformações da tecnologia da informação e de conteúdo pressionaram e ainda pressionam fortemente as importações, que no período 1992/99 cresceram 287%, da seguinte forma: informática 162%, eletrônica de consumo 168%, componentes 275% e telecomunicações 559% [Melo (1999)]. A inexistência, no Brasil, de uma indústria de componentes significativa impede que os produtos finais do setor adquiram competitividade. Ao mesmo tempo, não se aproveita a oportunidade, que outros países usufruem, de viabilizar, através da eletrônica de consumo, a produção local de componentes de uso genérico a todo o complexo. Assim, no setor mais importante da “nova revolução industrial”, o Brasil não tem se apropriado na proporção de seu potencial desse crescimento. Os investimentos anunciados para o setor vêm decrescendo desde 1996, fortemente influenciados pelo excesso de capacidade de alguns segmentos da eletrônica de consumo.

A inclusão do setor no Fórum de Competitividade, iniciativa do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mostra que o governo federal está preocupado em encontrar soluções para o imbróglio instaurado no setor com a disseminação dos altos custos de manutenção da Zona Franca de Manaus por toda a economia, bem como em consolidar regras que permitam a atração de novas plantas e a criação de incentivos, conforme o estágio do Processo Produtivo Básico.⁹

Quanto à indústria de bens intermediários, previu-se [Rodrigues (1997)] uma retomada dos investimentos nos setores petroquímico, siderúrgico, de celulose e papel e químico, com base nos anúncios de 1996 e 1997. Em sua esmagadora maioria trataram-se de investimentos em expansão de capacidade, praticamente a mesma desde 1986 [Chami (1998)].

O setor petroquímico aumentou sua participação no total de intenções de investimentos industriais (de 15,6% em 1996, passou para 22,2% em 1999), devido principalmente ao programa de investimentos da Petrobras, que se reflete também no Estado do Rio de Janeiro (conforme discutido na próxima

⁹ Lei 8.248/91, regulamentada pelo Decreto 792, de 2 de abril de 1993.

seção), com a ampliação da Refinaria Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e a exploração de petróleo na bacia de Campos (RJ).

A perspectiva do fim do monopólio na exploração de novos campos petrolíferos também incentivou as intenções de investir de outros grupos em 1998 e 1999, como o Amenada Hess, o consórcio Exxon e Texaco, a Shell, a YPF e a Mobi, em várias bacias como as de Campos, de Santos e da Amazônia, assim como a construção de nova refinaria pelo grupo Thyssen, em Pecém (CE). Também o projeto de implantação da Rio Polímeros, um complexo gás-químico no Estado do Rio de Janeiro, tem amadurecido, apesar de toda complexidade de montagem da engenharia societária e de captação de recursos financeiros.

A reestruturação da cadeia petroquímica, que tem sido notícia constante na imprensa brasileira, é de extrema complexidade, devido ao mosaico de interesses cruzados na constituição acionária das centrais petroquímicas, o que impede que as decisões estratégicas tenham livre curso e também promove a fragilidade financeira do setor, devido a uma estrutura de mercado extremamente fragmentada, com firmas de pequeno porte em termos internacionais e pouco integradas. As principais características desse setor, como as plantas monoprodutoras e a ausência de verticalização, impedem seu crescimento e também o ganho de eficiência na cadeia, tornando-o pouco competitivo. A reduzida escala empresarial inibe a capacidade de investir em P&D, minimiza o montante de venda, limita a capacidade de alavancagem financeira e, nos períodos de capacidade ociosa, as empresas têm dificuldades em se ajustar por serem monoprodutoras [Borges e Mesquita (1999)].

O processo de integração dentro da cadeia industrial permitiria que as empresas usufríssem ganhos de eficiência através de relações de parcerias e alianças [Montenegro, Monteiro Filha e Gomes (1999)] e também serviria, a longo prazo, para eliminar a instabilidade de preços, característica do setor. A melhoria da previsibilidade da demanda, decorrente das relações de parceria, dos ajustes de capacidades produtivas e da homogeneização das condições de financiamento, pode reduzir os efeitos da grande variabilidade de preços e, portanto, das crises periódicas do setor. Mas, sobretudo, pode-se aproveitar a oportunidade de integrar a cadeia e simultaneamente promover o descruzamento dos controles acionários, tal como tem sido diagnosticado pelo BNDES.

As intenções de investimento do setor químico apresentaram um decréscimo de cerca de 16% em 1999 relativamente a 1998, apesar de ter se mantido em

percentual ainda significativo no total da indústria. Observou-se, em 1998, um aumento da integração vertical na cadeia (BASF, Degussa, Dow Chemical, DuPont, Elekeiroz, Glaxo, Merial, Novartis, Prodome), um aumento da diversificação de produtos (Akras, Fortilit, GPC, Procter&Gamble, Shell, Votocel) e a implantação de novas unidades para aproveitar as vantagens locacionais (Dyno do Brasil em Araucária, Fairway Filamentos em Alfenas, Glaxo Wellcome no Rio de Janeiro, Medobil em Porto Alegre, Monsanto em Camaçari, Perez Companc em Triunfo, Roche no Rio de Janeiro, White Martins em Imperatriz, Belém e Manaus). Em 1999, destacaram-se as intenções da indústria de fertilizantes, como a expansão das unidades da Copebrás em Catalão e Cubatão e do terminal marítimo da Ultrafértil em Santos.

O setor siderúrgico brasileiro atravessa um processo de reestruturação profunda iniciada com a privatização do setor (de 1988 a 1993), mas que perpassa o acirramento da concorrência internacional com a abertura econômica, o aumento da escala de produção e a necessidade de reduzir custos. Até então, as empresas eram beneficiadas por proteção de mercado simultaneamente a um sistema de administração de preços que absorvia os altos custos e a ineficiência. Para ganhar competitividade o setor reduziu custos com reestruturações administrativas e financeiras e aumentou a produtividade e a eficiência. A partir de 1996, pôde iniciar uma programação de investimentos, obedecendo à lógica internacional de especializar a produção. Os anúncios de investimentos foram, em grande parte, para as novas linhas de produção, de modernização tecnológica e de melhorias ambientais, porém decresceram em 1998 e 1999, em relação a 1997. Duas novas unidades foram anunciadas, a Galvasud (CSN), uma usina de galvanização de aço em Porto Real (RJ), e uma nova siderúrgica com tecnologia *mini-mill*¹⁰ em Pecém (CE), também da CSN. No entanto, tal como no setor petroquímico, a composição acionária da siderurgia brasileira é constituída por participações cruzadas que inibem o posicionamento estratégico das empresas.

O setor de celulose e papel apresentou queda significativa em seus anúncios de investimentos em 1998 e 1999 relativamente a 1997. Em 1999 nenhum projeto de implantação foi anunciado, e somente a Aracruz fez anúncios expressivos de expansão. Em grande medida, isso foi influenciado pela crise asiática, no final de 1997, que provocou, em 1998, queda no consumo mundial de papel de imprimir/escrever, de imprensa e de embalagem. Porém, o maior empecilho talvez seja a baixa capacidade de alavancagem financeira, dada uma estrutura de produção de modo geral fragmentada. No

10 Essa tecnologia elimina a etapa de alto-forno utilizando pellets pré-reduzidos (ferro-esponja).

segmento de celulose de mercado, a fusão de empresas permitiria ganhos expressivos, uma vez que as plantas industriais estão próximas umas das outras e algumas inclusive compartilham o porto para embarque e dispõem de florestas adjacentes [Mattos e Valença (1999)].

No segmento de produtores de papel, o mercado brasileiro é constituído por um grande número de pequenas empresas, incapazes de mobilizar recursos para seu crescimento, e no mercado mundial a tendência é a concentração em escala crescente. A importação vem crescendo em função do aumento do consumo interno, principalmente no segmento de papéis revestidos. No de papéis não-revestidos o excedente é exportado.

No segmento de cartões, os equipamentos e as escalas de produção são pouco competitivos, porém o consumo no Brasil cresceu, na década de 90, a uma média de 9% ao ano. Como nem todas as empresas conseguiram realizar investimentos, elas se fragilizaram frente à concorrência internacional. Os segmentos de papéis de imprensa e de embalagem também não aproveitaram as oportunidades criadas na década para realizar investimentos, se reestruturar e modernizar. No caso do papel de imprensa ocorre a agravante de ainda se manter uma legislação que garante sua importação sem tributação, inibindo a implantação de novas unidades para suprir esse mercado.

Cenário Regional

Conforme pode ser visto na Tabela 5, os anúncios de investimentos de 1996 a 1999 distribuídos pelos estados brasileiros apontam para uma perspectiva de crescimento em cinco deles: São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará e Espírito Santo.

São Paulo continua a atrair fortemente os novos investimentos: a Grande São Paulo com sua rede de serviços de hotelaria, informática, *telemarketing* e financeiros; a cidade de Santos com os empreendimentos em infra-estrutura logística associada ao porto; e as cidades industriais de São José dos Campos e Campinas com os setores de moderna tecnologia, tais como mecânico, telecomunicações e eletroeletrônico.

Os municípios ao longo da Rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo, apresentam grande atratividade nesse cenário em que a recuperação econômica do Rio de Janeiro é um ponto de destaque. A Grande São Paulo/Santos, os municípios de São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá, Rezende e Volta Redonda e a Grande Rio de Janeiro totalizaram US\$ 14,9 bilhões em 1999, contribuindo com 12,8% do total dos

TABELA 5

Intenções de Investimento, segundo Estados, Anunciadas em 1996, 1997, 1998 e 1999

ESTADOS	ANÚNCIOS DE INVESTIMENTOS (US\$ Milhões)				TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1996	1997	1998	1999	1997/96	1998/97	1999/98
São Paulo	23.681	24.534	19.154	19.418	3,6	-21,9	1,4
Rio de Janeiro	7.407	10.650	12.915	10.319	43,8	21,3	-20,1
Minas Gerais	12.935	11.451	8.583	6.088	-11,5	-25,0	-29,1
Bahia	3.858	7.270	5.791	4.883	88,4	-20,3	-15,7
Paraná	5.119	13.116	4.092	4.751	164,0	-68,8	16,1
Pará, Rondônia, Roraima, Acre e Tocantins	3.099	219	214	3.506	-92,9	-2,2	1.538,3
Rio Grande do Sul	5.164	8.420	7.930	2.188	63,1	-5,8	-72,4
Ceará	1.915	2.382	3.702	2.067	24,4	55,4	-44,2
Espírito Santo	2.770	845	1.734	1.970	-69,5	105,2	13,6
Santa Catarina	4.104	768	662	869	-81,3	-13,8	31,3
Pernambuco	1.948	440	1.160	824	-77,4	163,6	-29,0
Alagoas, Maranhão, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte	1.510	569	903	792	-62,3	58,7	-12,3
Goiás e Distrito Federal	1.061	1.037	1.791	698	-2,2	72,7	-61,0
Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	1.231	915	1.961	624	-25,7	114,3	-68,2
Amazonas	1.319	2.125	424	446	61,1	-80,0	5,2
Vários (Simultâneos)	24.109	27.969	22.464	44.529	16,1	-19,7	98,2
Não-Definidos	8.643	9.649	13.497	12.583	11,6	39,9	-7,0
Total (sem São Paulo)	50.957	60.207	52.262	40.025	18,1	-13,2	-17,1
Total	107.390	122.359	107.377	116.555	13,9	-12,2	8,5

Fontes: Gazeta Mercantil, O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. *Elaboração própria.*

anúncios de investimentos e se constituindo no principal eixo de desenvolvimento da região Sudeste.

Porém, tais anúncios não sinalizam necessariamente uma reconcentração em torno de São Paulo. A dinâmica da globalização tem mostrado que existem vantagens de localização da produção em municípios menores com boas condições de infra-estrutura econômica e social, de suprimentos de matéria-prima, de proximidade do mercado consumidor e com menores salários. Junte-se a isso as vantagens oferecidas pelos governos estaduais e municipais no que se refere à postergação de impostos, aos terrenos gratuitos e a um ambiente amigável ao investidor externo.

As deseconomias de aglomeração, especialmente fortes na Grande São Paulo, são responsáveis, em grande medida, pelo deslocamento industrial para o interior do estado, tão alardeado pelas prefeituras do ABC. Elas

resultam também em aumento do desemprego e da informalidade. Os movimentos de atração do setor de serviços tecnológicos e de alta qualificação e a expulsão da produção física de mercadorias trazem consigo elementos que acentuam a exclusão social e a desintegração da institucionalidade vigente [Dupas (1998)]. Portanto, devem ser objeto de políticas públicas específicas, em virtude da deterioração rápida da qualidade de vida, principalmente das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Simultaneamente ao movimento de concentração de novos investimentos no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, ocorreu uma desconcentração da produção física em direção aos estados vizinhos a São Paulo e a outros que souberam aproveitar a mudança do padrão de desenvolvimento brasileiro logo após a abertura comercial ao exterior e o início do período de estabilização de preços, principalmente Ceará e Bahia, além de Minas Gerais e Paraná.

A concorrência internacional, a diminuição da incerteza e a criação de um ambiente de atratividade explicam o aumento dos anúncios de investimentos em 1997, particularmente em sete estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Ceará e Amazonas. Porém, somente o Rio de Janeiro manteve um crescimento contínuo. Em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul a quebra da institucionalidade proporcionada pela mudança nos governos estaduais, em fins de 1998, trouxe instabilidade ao novo investidor e desconforto aos já instalados.¹¹ A polêmica sobre a localização de uma unidade de automóveis da Ford, obedecendo a um acordo firmado pelo governo anterior em que o Rio Grande do Sul se encarregaria de construir um pátio no Porto do Rio Grande, construir e aprofundar o canal do Porto de Guaíba, duplicar as estradas, construir escolas e creches e instalar a infra-estrutura de telefonia, além de um empréstimo de R\$ 20 milhões, com juros de 6% a.a, sem correção, tornou-se uma bandeira do atual governo contra o excesso de vantagens concedidas à empresa, em detrimento de uma situação fiscal muito frágil das finanças estaduais. Instaurou-se um ambiente hostil ao investimento, os compromissos foram rompidos sob a alegação de que o setor automobilístico já não criava muitos postos de trabalho e, portanto, não justificava tais benefícios.

O exemplo é emblemático porque se refere à quebra de acordos e das regras institucionais.¹² A partir daí, foi difícil ao governo do estado manter o padrão

11 *Tanto a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) quanto a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) estiveram, em 1999, em conflito aberto com os novos governadores.*

12 *David Landes, em entrevista à revista Veja, de 22 de março de 2000, comentou sobre os investimentos na China dizendo que esta é uma região de risco e que o investidor deve investir onde há segurança: "deve fazê-lo em um país governado por leis, não por homens".*

de atratividade ao investidor, independente do mérito da polêmica. Os anúncios de investimentos, conseqüentemente, caíram de US\$ 8,4 bilhões em 1997 para US\$ 2,2 bilhões em 1999.

O governo do Estado de Minas Gerais envolveu-se em um ambiente similar ao decretar uma moratória aos pagamentos de empréstimos internacionais e ao promover uma polêmica com os acionistas estrangeiros da Cemig, parcialmente privatizada pelo governo anterior, sobre as decisões estratégicas da empresa. Logo no início do governo houve uma breve tentativa de rever o acordo com a Mercedes Benz, instalada em Juiz de Fora, a qual foi estancada pelo aconselhamento jurídico, pois o governo anterior havia estabelecido, com transparência, regras de atração de empresas [Rodrigues (1998b)] amplamente aceitas pela comunidade através de uma legislação aprovada pela Assembléia Legislativa estadual. Além da programação de investimentos da Fiat, que inclui a implantação de uma nova fábrica de veículos comerciais e outra de caminhões, e da Stola para a construção de uma fábrica de autopeças (todas na Grande Belo Horizonte), são significativas as intenções de investimentos relativas à construção de uma nova fábrica de cimento da Camargo Corrêa, em Ijaci, e à construção de uma fábrica de rodas forjadas da Alcoa, em Poços de Caldas, entre outras anunciadas em 1999.

Além do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, também o Rio de Janeiro e o Ceará sofreram quedas expressivas nos anúncios de investimentos em 1999 comparativamente a 1998 (-20,1% e -44,2%, respectivamente). Ambos os estados tiveram seu melhor momento em 1998. O Rio de Janeiro, assim como em 1998, garantiu em 1999 a segunda colocação em atratividade. Os setores mais expressivos foram: siderúrgico (Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e Galvasud em Porto Real); petroquímico (Refinaria Duque de Caxias e Rio Polímeros em Duque de Caxias e associação Shell/Royal para exploração de óleo em Campos); farmacêutico (Knell, Servier e Smithkline Beechan no Rio de Janeiro); serviços e infraestrutura de telecomunicações; mecânico e autopeças (Michelin e Pirelli na Grande Rio de Janeiro e Peugeot e Volkswagen em Porto Real e Resende, respectivamente).

Conforme já mencionado em estudo anterior [Rodrigues (1998a)], o Rio de Janeiro apresenta sinais inequívocos de recuperação econômica. O reordenamento do governo estadual com centralização de ações e o empenho da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) para desenvolver parcerias contribuíram para a criação de um ambiente favorável ao investimento. Alguns setores, contudo, que já foram importantes no estado, não retomaram seus projetos de investimentos, como o da indústria naval,

que tem passado por forte crise de financiamento e de demanda, e o financeiro, que mudou instâncias decisórias importantes para o município de São Paulo nos anos recentes. Aparentemente, estaria ocorrendo uma reconversão do estado com base em setores de alta tecnologia de produção e de engenharia, como o farmacêutico, a Petrobrás e seu conjunto de fornecedores e os serviços de telecomunicações (Atento, ATL, Newbridge, Telefônica Celular, Telerj, Vésper, TV Globo e *O Dia*).

O crescimento dos registros das intenções de investimentos nos Estados do Paraná e da Bahia, em 1997, e do Ceará e de Goiás, em 1998, em relação a 1996, revela o esforço das políticas ativas dos governos estaduais em busca do desenvolvimento econômico, compreendendo ações das entidades de classe integradas às Secretarias Estaduais de Indústria, Comércio e Turismo, de Emprego, de Desenvolvimento Econômico e da Fazenda, bem como a institutos de pesquisa e outros fóruns de desenvolvimento.

O Paraná fez um esforço enorme para atrair empresas em 1996 e 1997, porém não conseguiu manter o mesmo nível nos anos seguintes. Em 1997 ocorreram anúncios significativos no setor mecânico: BMW/Chrysler (fábrica de motores), Chrysler (fábrica de picapes), associação Volks/Audi, Volvo (fábrica de caminhões) e Grupo Multibrás (fábrica de eletrodomésticos). Em 1999 ainda ocorreram novos anúncios nos setores mecânico (Renault e Volkswagen, em novas fábricas) e de autopeças (Volvo, para unidade de usinagem de motores, Sofedit e Iracome), porém em escala bem inferior, mas com o mérito de aumentar a produção de insumos da cadeia do setor mecânico. Lamentavelmente, talvez tenha perdido o melhor momento para promover a desconcentração produtiva, pois praticamente todos os grandes empreendimentos foram implantados na região metropolitana de Curitiba.

A Bahia, e o Ceará têm conseguido manter uma certa constância em seus anúncios. Na Bahia, o esforço de desenvolver o estado foi coroado com o anúncio de implantação de uma fábrica de automóveis da Ford (aquela que seria instalada no Rio Grande do Sul) e de fertilizantes da Monsanto. Também significativos foram os anúncios do setor hoteleiro: novo *resort* do Club Mediterranée, em Trancoso; e os empreendimentos da Costa do Sauípe.

O Estado de Goiás apresentou intenções de investimento significativas no período 1996/99, sendo anunciados importantes empreendimentos nos setores têxtil (Vicunha, Hering e Pingo de Gente), de alimentos (Perdigão, Parmalat, Sakura, Bombril e Unilever), mecânico e eletroeletrônico (Mitsubishi, Thermodec e Haier), de fertilizantes (Copebrás) e de serviços de

turismo (Pousada do Rio Quente e White Water). O estado tornou-se particularmente atraente para os empreendimentos privados do setor agroalimentar, inclusive com desdobramentos no setor de máquinas, implementos agrícolas e fertilizantes, apontando ainda para oportunidades de investimentos no setor de logística de transporte e de armazenamento.

O Estado de Santa Catarina esteve, juntamente com o de Pernambuco, sob forte exposição à mídia em virtude de escândalos financeiros ligados aos governos anteriores.¹³ Santa Catarina conseguiu se recompor e apresentou em 1999 acréscimo de anúncios em relação a 1997 (auge da crise) e 1998. As empresas tradicionais do estado voltaram a anunciar investimentos, entre elas as de cerâmica (Cecrisa, Eliane e Portobello) e de motores (WEG), obedecendo ao padrão característico do estado no sentido da desconcentração em relação à capital.

Finalmente, merece menção especial o Estado do Pará, tanto pela retomada dos anúncios de investimentos da Companhia Vale do Rio Doce em mineração quanto dos relacionados à energia hidrelétrica de Tucuruí, Cana Brava e Lajeado. Chamam atenção também os anúncios da construção de uma fábrica de motores da Chrysler e da Dainler Benz e a retomada do projeto Jari pelo Grupo Orsa.

4. As “Cidades Mundiais” e a Desconcentração Regional

A forte concentração das intenções de investimentos no eixo Rio de Janeiro-São Paulo merece uma análise mais detalhada, no contexto de discussões sobre a possibilidade de as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo tornarem-se cidades mundiais.¹⁴ As informações sobre anúncios de investimentos são primárias para dar conta da complexidade do tema. A rigor, poder-se-ia encontrar argumentos tanto para se prever a reconcentração industrial nos próximos anos quanto para, olhando-se com mais cuidado, se prever uma desconcentração da produção de bens e uma concentração das decisões estratégicas [Tolosa (1999)] e da prestação de serviços especializados às empresas.

A discussão é relevante porque aponta para a possibilidade de ambas as cidades se constituírem em porta de entrada e saída do Brasil, em escala mundial, o que potencializaria uma inserção cada vez maior do mercado

¹³ Paulo Afonso, em Santa Catarina, e Miguel Arraes, em Pernambuco.

¹⁴ O Ipea vem desenvolvendo o tema e lançou recentemente um livro com o estágio atual da discussão.

brasileiro no exterior. Para tanto, as condições de infra-estrutura são imperativas para que os efeitos desse relacionamento se disseminem geograficamente. A desconcentração da produção poderia vir a fortalecer a concepção de portas regionais diretas com o exterior, mas os anúncios de investimentos em infra-estrutura de transporte em 1999 (US\$ 299 milhões) frustraram sua trajetória ascendente desde 1996.

Nesse contexto, o “Estudo dos Eixos Nacionais de Integração” aponta quais seriam os projetos estruturantes que sustentariam um desenvolvimento desconcentrado e que integrariam a produção de regiões distantes do mercado nacional. Muitos projetos, porém, não têm sua viabilidade garantida em um horizonte de cinco anos, objeto desta análise de anúncios de investimentos, constituídos por decisões já tomadas e em fase de implantação. Precisam, portanto, de um período entre a sua concepção, o estudo de viabilidade econômico-financeira e o desenvolvimento dos parceiros.

O encadeamento desses eventos requer uma coordenação com característica pública e privada, que não cabe a nenhuma dessas órbitas exclusivamente, pela natureza das decisões a serem tomadas (órbita privada) e dos arranjos institucionais (órbita pública). As ações de busca de parceiros para viabilizar um projeto e encontrar o financiamento adequado são típicas das agências de desenvolvimento [ver Macedo (1999)], concebidas internacionalmente nos últimos anos mas ainda em estágio inicial no Brasil, cujo sucesso depende em grande parte das entidades que as compõem. O elo de ligação deve ser o interesse comum (análise dos parceiros). No caso brasileiro, uma agência nacional para tratar dos projetos integrados não pode ser, essencialmente, pública, muito menos braço executivo de ministérios, mas pode se inspirar nas experiências dos governos que souberam induzir o investimento privado em seus estados com a parceria de suas federações de indústrias.

5. Considerações Finais

Apesar de as estatísticas do IBGE ainda não detectarem alterações importantes no volume e na distribuição geográfica dos investimentos, outras informações “indiretas” orientam para a possibilidade de um crescimento econômico sustentado nos setores de bens de consumo duráveis e não-duráveis, para a expansão e modernização de setores da indústria de bens intermediários e para o retorno ao investimento no setor de infra-estrutura recém-privatizado.

O Investimento Externo Direto (IED) apresentou um crescimento espantoso, principalmente devido à entrada de recursos para as concessionárias de serviços públicos privatizados e às fusões e aquisições ocorridas particu-

larmente nas indústrias de alimentos e de telecomunicações e nos serviços prestados às empresas.

Os desembolsos do BNDES sinalizam uma década sem precedentes na sua história: de um volume que não atingia US\$ 3,2 bilhões em 1992, os desembolsos saltaram para US\$ 5,5 bilhões em 1994 e US\$ 7,7 bilhões em 1995, ultrapassando US\$ 10 bilhões a partir daí. As expectativas indicam que não haverá retorno aos níveis anteriores e que os desembolsos continuarão altos por muito tempo. Como eles alavancam investimentos do setor privado na mesma proporção, pois o BNDES financia em média 50% do total do investimento, obteve-se uma injeção de recursos de investimentos em 1998, por exemplo, de US\$ 23,3 bilhões de IED e de US\$ 32 bilhões do BNDES (incluídos os recursos próprios das empresas). Se forem somados a isso os recursos de outros bancos para investimento, da Finep e do governo federal (que ainda é expressivo), percebe-se que foram criadas as condições para um aumento do PIB nos próximos anos.

Os anúncios de investimento vêm, desde 1996, sinalizando os próximos passos dos setores industriais e de infra-estrutura. Os setores agrícola, de comércio e de serviços não são contemplados satisfatoriamente nesse banco de dados. Os anúncios de 1996 ressaltaram os projetos de investimentos do setor de bens de consumo, como alimentos e bebidas e eletroeletrônico. Em 1997, percebeu-se a movimentação dos setores petroquímico, químico, siderúrgico e de papel e celulose. Em 1998 e 1999, refletiu-se o período de ajuste do câmbio e das incertezas internacionais, com reflexos sobre as intenções de investimentos, os quais somente nos serviços públicos recém-privatizados e que haviam sido estabelecidos nos contratos de concessão ajudaram a manter os compromissos assumidos. Após a crise russa, foram inúmeras as empresas que declararam a manutenção de sua programação de investimentos, mas que postergaram os novos projetos.

Finalmente, o resultado de 1999 ficou acima da expectativa. Foram anunciados US\$ 116,6 bilhões de investimentos, 8,5% a mais que os anúncios de 1998. Distribuídos em uma parcela significativa, 37% foram do Estado de São Paulo, responsável por 16,7% do total dos investimentos anunciados, permanecendo ainda como o mais atrativo, embora se possam observar sinais de desconcentração da produção em direção a outros estados. Minas Gerais em 1996, Paraná em 1997 e Rio de Janeiro em 1998 e 1999 demonstraram possibilidades de atenuar a disparidade econômica entre as regiões. Ao se alargarem as bordas do “polígono desenvolvido”, foram envolvidas outras regiões antes excluídas em agendas de desenvolvimento.

Minas Gerais mostrou que é possível planejar um desenvolvimento desconcentrado em relação à capital. O Rio de Janeiro pôde iniciar uma reconversão produtiva, ainda que, inicialmente, pouco coordenada pelo governo estadual e mais influenciada pela globalização de mercado. O Paraná soube se aproveitar dos efeitos da globalização e da sua estabilidade institucional e despontou como o estado com maior potencial de crescimento no período, ainda que muito concentrado na região metropolitana de Curitiba.

Os estados do Nordeste, principalmente o Ceará, se constituíram em exemplos de reversão de vocações preestabelecidas. Apesar de condições adversas (clima, escassez de água e grande pobreza), puderam mobilizar ações para atrair empresas industriais. Já os estados do Centro-Oeste, embora pouco contemplados por anúncios na imprensa, puderam potencializar sua vocação de produtores agrícolas, com a atração das grandes agroindústrias tanto nacionais quanto estrangeiras, e estão empreendendo um esforço em torno das indústrias complementares, como mecânica agrícola e de fertilizantes. A região Norte (inclusive a Zona Franca de Manaus) não conseguiu potencializar suas vocações nem reverter a fase de descenso cíclico por que passa o setor de eletrônica de consumo, ainda muito dependente de ações de proteção, na contramão do processo de globalização dos mercados e de busca de eficiência alocativa.

Praticamente todos os estados têm criado fóruns de desenvolvimento em que os problemas locais e regionais são discutidos em parceria entre os setores público e privado. Subjacente a esse fato, existe o consenso, explicitado muitas vezes erroneamente como “guerra fiscal”, de que o desenvolvimento deve ser buscado como resultado de ações indutivas de criação de um ambiente amigável ao investimento, no qual os governos (federal, estadual ou municipal) têm um papel fundamental na coordenação e as organizações privadas assumem responsabilidades no encontro de soluções para os problemas diagnosticados.

Nesse contexto, a “agência nacional de investimento”, em discussão pelo governo federal, vai encontrar uma rede de ações regionais e locais, a qual poderá interagir e ganhar sinergia, apenas com ações de coordenação de informações e de instrumentos operacionais, de forma imediata à sua criação. Os resultados poderão ser visíveis rapidamente. Mesmo que boa parte das ações previstas para a agência se dêem no âmbito de criação de condições de viabilização dos projetos estruturantes apontados pelo “Estudo dos Eixos Nacionais de Integração”, existe um outro conjunto de ações indutivas imediatas e urgentes ao qual a agência não poderá se furtar. Devem ser aproveitadas as oportunidades criadas pela globalização das atividades econômicas para promover ações de política de desenvolvimento delibera-

da, tanto para agregar velocidade à desconcentração da produção, apropriando-se das vantagens locacionais, quanto para reconverter as regiões urbanas deterioradas.

A agência nacional de investimento poderá canalizar projetos para os fóruns locais e servir de balcão de entrada para os investidores estrangeiros, além de coordenar projetos de interesse setorial e regional. As condições institucionais e estruturais são favoráveis, e o ambiente macroeconômico estável pode favorecer a projeção externa do Brasil.

Referências Bibliográficas

- BARROS, José Roberto Mendonça de, GOLDENSTEIN, Lúcia. *Economia competitiva, solução para a vulnerabilidade: o Brasil e o mundo no limiar do novo século*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1998, v. 2, p. 137-150.
- BNDES. *Produtos florestais*. Rio de Janeiro, 1999a (Informe Setorial, 17).
- _____. *Empresas de telefonia fixa – evolução*. Rio de Janeiro, 1999b (Informe Infra-Estrutura, 31).
- _____. *Ferrovias: privatização e regulação*. Rio de Janeiro, 1999c (Informe Infra-Estrutura, 34).
- _____. *A oferta de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro, 1999d (Informe Infra-Estrutura, 37)).
- _____. *O IED no Brasil e no mundo: principais tendências*. Rio de Janeiro, mar. 2000 (Sinopse Econômica).
- BORGES, José Pio, MESQUITA, Maurício. *Indústria brasileira: os desafios da reestruturação*. Mimeo, jun. 1999.
- CHAMI, J. Capacidade de produção da indústria de transformação: 1971/1997. *Boletim de Conjuntura*, Rio de Janeiro, IE/UFRJ, v. 17, n. 4, jan. 1998.
- DUPAS, Gilberto. *A lógica da economia global e a exclusão social*. Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Avançados/Área de Assuntos Internacionais, set. 1998, mimeo.
- LAPLANE, M., SARTI, F. *Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial nos anos 90*. Brasília: Ipea, 1999 (Texto para Discussão, 629).
- MACEDO, Mariano de Mattos. *Agência de desenvolvimento e policy networks: noções conceituais e exemplos das experiências internacional e nacional*. Mimeo, 1999.

- MATTOS, René Luiz Grion, VALENÇA, Antonio Carlos de Vasconcelos. A reestruturação do setor de papel e celulose. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 253-268, set. 1999.
- MELO, Paulo Roberto de Sousa. Complexo eletrônico: diagnóstico e perspectivas. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 269-284, set. 1999.
- MONTENEGRO, Ricardo Sá Peixoto, MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa, GOMES, Gabriel Lourenço. Indústria petroquímica brasileira: em busca de novas estratégias empresariais. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 161-178, mar. 1999.
- MOREIRA, Maurício Mesquita. A indústria brasileira nos anos 90; o que já se pode dizer? In: GIAMBIAGI, Fabio, MOREIRA, Maurício Mesquita (orgs.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, p. 293-332.
- RESENDE, Marco Flávio C., ANDERSON, Patrícia. *Mudanças estruturais na indústria brasileira de bens de capital*. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 1999 (Texto para Discussão, 658).
- REZENDE, Fernando, LIMA, Ricardo. Introdução. In: *Rio-São Paulo, cidades mundiais: desafios e oportunidades*. Brasília: Ipea, 1999.
- RODRIGUES, Denise Andrade. Cenários de desenvolvimento regional. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 241-256, jun. 1997.
- _____. Os novos investimentos no Brasil: aspectos setoriais e regionais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 169-192, jun. 1998a.
- _____. O papel dos governos estaduais na indução do investimento: a experiência dos Estados do Ceará, da Bahia e de Minas Gerais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 151-174, dez. 1998b.
- _____. A distribuição setorial e estadual dos novos investimentos no Brasil: 1996/98. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 79-96, jun. 1999.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998 (Coleção Megalópolis).
- SIFFERT FILHO, Nelson, SILVA, Carla Souza e. As grandes empresas nos anos 90: respostas estratégicas a um cenário de mudanças. In: GIAMBIAGI, Fabio, MOREIRA, Maurício Mesquita (orgs.). *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999, p. 375-410.
- TOLOSA, Hamilton Carvalho. Reestruturação produtiva do Rio e São Paulo e viabilidade da cidade mundial brasileira. In: *Rio-São Paulo, cidades mundiais: desafios e oportunidades*. Brasília: Ipea, 1999, p. 91-116.

